

PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.770.967 - SC (2018/0263730-5)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
REQUERENTE : ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE LOTEAMENTO E
DESENVOLVIMENTO URBANO(AELO)
REQUERENTE : CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO - CBIC
REQUERENTE : SIND EMP COMP VENDA LOC ADM IMOV RESID COMERC SAO
PAULO
ADVOGADO : MARCOS ANDRE BRUXEL SAES E OUTRO(S) - SC020864
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
REQUERIDO : AUXILIADORA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA
ADVOGADO : JOSÉ CARLOS GUEDERT - SC018053
REQUERIDO : MUNICIPIO DE RIO DO SUL
ADVOGADO : KHELLEN KÜHL DELLA SANTOS E OUTRO(S) - SC028612

DECISÃO

Associação das Empresas de Loteamentos e Desenvolvimento Urbano - AELO, Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC e Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo - SECOVI/SP, formulam, com fundamento nos arts. 138 e 1.038. I, do CPC/2015, pedido de ingresso nestes autos na condição de *amicus curiae*, em razão da afetação do recurso especial interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina à sistemática dos recursos repetitivos (Tema 1.010).

Os requerentes sustentam ter interesse institucional legítimo no deslinde da demanda e a necessária representatividade adequada no âmbito de atuação e no respeitante à matéria debatida.

Empresas de Loteamentos e Desenvolvimento Urbano - AELO, constituída em 1981, declara ser entidade de âmbito nacional que representa pessoas físicas e jurídicas que têm, entre seus objetivos, a atividade de desenvolvimento urbano, na qual se inclui o parcelamento do solo e urbanização em imóveis próprios ou de terceiros. Segundo informa, está presente em mais de 10 Estados, contendo, em seu quadro associativo, empresas loteadoras, construtoras, incorporadoras, engenheiros, arquitetos e agrimensores. Dentre as finalidades previstas no seu estatuto, destaca a seguinte previsão: “conscientizar o público e as autoridades em geral sobre o caráter eminentemente social das atividades de parcelamento do solo urbano e que o lote urbano constitui a célula embrionária da habitação (fl. 249)”.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC, fundada em 1957, sustenta constituir-se em associação civil, de âmbito nacional, que reúne 85 sindicatos e associações do setor da construção. Declara que seu estatuto prevê, como principais finalidades: defender os princípios da democracia representativa, da economia de mercado, com a valorização do trabalho humano, o desenvolvimento sustentável, a promoção do desenvolvimento da indústria da construção e do mercado imobiliário.

Por fim, o Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo - SECOVI-SP, informa que iniciou suas atividades em 1946. Um de seus objetos é “colaborar com os poderes públicos e as demais associações de classe no sentido da solidariedade social e sua subordinação aos interesses nacionais nos termos das disposições legais e constitucionais sobre a matéria - para fins de estudo, coordenação, projeção e representação legal da categoria das empresas de compra, venda, locação e administração de imóveis, categoria, essa, integrada também pelas empresas de corretagem imobiliária, incorporadoras, loteadoras, de desenvolvimento urbano (fl. 252)”.

Ao fim, os requerentes sustentam haver pertinência temática para a intervenção como amigos da corte, pois fazem parte do rol de representantes dos setores da construção civil e imobiliário, e “[...] possuem como objetivos influenciar na melhoria da qualidade de vida de cidades de todos os portes, por meio da implantação de empreendimentos voltados a todas as classes sociais (fl. 253)”.

O requerimento contém ainda os seguintes pedidos referentes à admissão e participação no feito (fl. 278):

173. Ante todo o exposto, as entidades peticionantes, com o devido acatamento e máximo respeito, vêm requerer se digne Vossa Excelência de deferir o pleito de ingresso das ora postulantes na condição de amicus curiae, com fulcro no art. 138 e art. 1.038, I, do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015), com a juntada da presente manifestação aos autos, reservando-se o direito de apresentar eventuais novos elementos que se façam necessários no curso do feito.

174. De mais a mais, admitido o ingresso das entidades, postula-se que seja possibilitada a sustentação oral por parte de seus representantes legais que ao final assinam, oportunizando-se a participação em eventual audiência pública relacionada ao feito, nos termos do art. 1.038, II 34, do CPC e do art. 256-K do Regimento Interno deste e. STJ.

É o relatório. Decido.

O recurso especial interposto pelo Ministério Público de Santa Catarina foi afetado, juntamente com o REsp n. 1.770.808/SC e o REsp n. 1.770.967/SC, como representativo da seguinte controvérsia (TEMA 1.010/STJ): **Extensão da faixa não edificável a partir das margens de cursos d'água naturais em trechos caracterizados como área urbana consolidada: se corresponde à área de preservação permanente prevista no art. 4º, I, da Lei n. 12.651/2012 (equivalente ao art. 2º, alínea 'a', da revogada Lei n. 4.771/1965), cuja largura varia de 30 (trinta) a 500 (quinhentos) metros, ou ao recuo de 15 (quinze) metros determinado no art. 4º, caput, III, da Lei n. 6.766/1979.**

O art. 138 do CPC/2015 dispõe que:

Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a manifestação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.

Ao tratar especificamente do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos, o CPC assim dispôs a respeito da intervenção:

Art. 1.038. O relator poderá:

I - solicitar ou admitir manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia, considerando a relevância da matéria e consoante dispuser o regimento interno;

O Regimento Interno desta Corte, por sua vez, disciplinou a admissão de pessoas físicas ou jurídicas, órgãos ou entidades especializadas em sede de recurso repetitivo, nos seguintes termos:

Art. 256-J - O relator poderá solicitar informações aos Tribunais de origem a respeito da questão afetada e autorizar, em decisão irrecorrível, ante a relevância da matéria, a manifestação escrita de pessoas naturais ou jurídicas, órgãos ou entidades especializadas, com representatividade adequada, a serem prestadas no prazo improrrogável de quinze dias.

Com efeito, a participação do *amicus curiae* tem por escopo propiciar a participação de segmentos da sociedade na formação dos precedentes das Cortes de Justiça, de forma a garantir o diálogo entre as plurais visões sobre o tema em debate no intuito de melhor respaldar a decisão judicial que irá dirimir a controvérsia.

O Pleno do Supremo Tribunal Federal, recentemente, decidiu que: "Conforme o art. 138 do CPC/15, os critérios para admissão de entidades como '*amicus curiae*' são a relevância da matéria, especificidade do tema ou repercussão social da controvérsia, assim como a representatividade adequada do pretendente" (RE 705.423 AgR-segundo/SE. Rel. Min. Edson Fachin, DJe 15/12/2016).

Nesse sentido, a admissão de *amicus curiae* no âmbito do STJ, notadamente com relação aos recursos repetitivos, exige, em regra, a presença de dois requisitos: a relevância da questão discutida e a representatividade adequada de quem requer a habilitação.

No caso, a controvérsia a respeito das normas a disciplinar a extensão da faixa não edificável, a partir das margens de cursos d'água naturais, em áreas urbanas consolidadas, inequivocamente, transcende o interesse das partes em conflito.

Por outro lado, é inegável que a questão desborda do âmbito local e regional. O alcance do tema, portanto, é nacional, impondo que se observe a mais ampla representatividade daqueles que pretendem exercer a função de *amicus curiae*.

Os documentos dos requerentes (AELO, fls. 281-302), (CBIC, fls. 304-334) e SECOVI/SP (fls. 336-378) demonstram possuírem ampla representação nos setores da construção civil e da incorporação/locação imobiliária, tendo, entre as suas finalidades, a defesa e regularidade das demandas que envolvem direito urbanístico.

Além dos documentos juntados, os requerentes indicaram suas respectivas páginas na *internet*, a fim de que fossem observados, entre outros, o rol de associados, finalidades e atuação na sociedade civil.

Por meio de consulta ao sítio eletrônico da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (<https://cbic.org.br/associados/>), constata-se que os demais requerentes são seus associados.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, dada a abrangência da CBIC dentro do setor da indústria civil e da habitação (incorporação e locação), representando também, como visto, a AELO e do SECOVI/SP, é de ser admitida a primeira como amigo da Corte.

Ante o exposto, **INDEFIRO** o pedido da Associação das Empresas de Loteamentos e Desenvolvimento Urbano - AELO e do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo - SECOVI/SP, e **DEFIRO** o ingresso na lide, como *amicus curiae*, à Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC, podendo apresentar memoriais, no prazo de 15 (quinze) dias, e proferir sustentação oral, com tempo a ser disciplinado pela Primeira Seção, no início da sessão de julgamento.

À Coordenadoria da Primeira Seção para providências.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator